

Expansão do Ensino Superior no Brasil e os Cursos de Formação de Professores: uma avaliação preliminar

JOANA PAULIN ROMANOWSKI

Doutora em Educação pela USP, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR.

Recebimento: 12 de março de 2003

Aprovação: 25 de agosto de 2003

Resumo: A expansão do ensino superior no Brasil acentua-se nas últimas décadas, entre 1962 a 2001. O número de matrículas de acordo com os dados disponíveis multiplicou-se, (aproximadamente em 25 vezes) intensificando a participação do setor privado. Esse texto apresenta uma síntese dos dados existentes, as tendências de estudos realizados e destaca a expansão dos cursos de licenciatura. Pontua algumas implicações na organização do ensino devido a opção de expansão em cursos noturnos, em estabelecimentos de ensino isolados com natureza administrativa privada, ou seja uma expansão que não favorece uma metodologia direcionada para a pesquisa. Mesmo com a atual expansão de matrículas nos cursos de formação de professores, o número de formados é insuficiente para atender as exigências da Lei 9394/96, particularmente nas áreas de Ciências, com déficits acentuados de professores de nível ensino superior com formação específica. Além disso, a formação de professores para cursos profissionalizantes revela-se com pouca oferta, evidenciando uma área pouco valorizada. Para concluir discute sobre a articulação entre expansão do ensino e melhoria da formação docente.

Palavras-chave: Ensino Superior; Privatização; Licenciatura; Cursos noturnos; Formação de professores;

Abstract: According to available data, higher education enrollments multiplied approximately 25 times between 1962 and 2001, intensifying the participation of the private sector. This text introduces an existing data synthesis, the accomplished studies tendencies and highlights the expansion of teacher education programs. It points out some implications in the teaching organization due to the expansion option in evening programs, in isolated teaching establishments with a private administrative nature, that is, an expansion that doesn't favor a research methodology. Even with the current enrollment expansion in the teachers education programs, the number of graduates is insufficient to meet the demands of the Law 9394/96, particularly in the Sciences area, with accentuated deficits on higher education level teachers with specific formation. Further, the teachers' formation for professional programs reveals itself with minimum offer, evidencing a field that is less valued. To conclude, it discusses the articulation between the teaching expansion and the educational formation improvement.

Key-words: Higher Education; Privatization; Teachers' Education Programs, Evening Programs; Teachers' Formation.

Introdução

O presente texto nasceu das investigações realizadas sobre as teses e dissertações, da década de 1990, que abordam a formação de professores nos cursos de licenciatura no Brasil. O propósito em apresentar a expansão dos cursos de licenciatura no quadro da expansão do ensino superior, decorre da necessidade de discutir as implicações do modo como ocorre o aumento da demanda por esse nível de ensino. Trata-se de uma avaliação preliminar. Os dados indicam um crescimento acentuado do número de matrículas desde os anos de 1960. Salienta-se que há poucos estudos sobre dados censitários de formação de professores no Brasil, conforme André (1999, 2000), o que reforçou a importância ao examinar a questão, ainda que não em sua totalidade.¹

Na organização do estudo, primeiro descreve-se a expansão do ensino superior desde os anos de 1960, depois as questões decorrentes e, finalmente, a demanda por cursos de formação de professores. Para a realização do estudo de expansão do ensino superior no Brasil, foram utilizados os seguintes procedimentos: localização dos dados junto ao Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), via internet, e consulta às sinopses estatísticas do Ensino Superior-Graduação. Dos dados gerais obtidos, organizaram-se tabelas, utilizando o comando “classificar” no programa Microsoft Excel e realizando-se, em seguida, o cálculo da somatória e percentuais, com o emprego de comandos do mesmo programa. Após a organização das tabelas, procedeu-se à descrição, à leitura analítica e à interpretação, considerando análises de autores que examinam a questão do ensino superior.

Discutir a expansão dos cursos de formação de professores é necessário, pois além da exigência de formação que atenda as atuais demandas de profissionalização docente, devido às transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que se realizam na sociedade contemporânea, a legislação fixou que, para o exercício do magistério, a formação de professores deve ser de nível superior, ainda que a formação de nível médio não tenha sido extinta. Essa exigência ampliou, acentuadamente, a oferta de cursos de Pedagogia e de Normal Superior e tem sido motivo da criação de instituições de ensino superior, principalmente, faculdades isoladas tanto nos grandes centros urbanos e cidades do interior do Brasil, acentuando a interiorização desse nível de ensino. Além disso, outro aspecto é preciso examinar: saber quais são os cursos ofertados bem como o número de matrículas e de conclusão evidenciando as áreas de carência de do-

¹Dados gerais do número de matrículas no ensino superior do período de 1907 a 1965 são apresentados por Ribeiro (1981). Outro estudo sobre expansão do ensino superior foi realizado por Cunha (1995, 2 ed.). Suas análises sobre a democratização do ensino no Brasil, nos anos 80, são de caráter mais abrangente e não incidem exclusivamente sobre o ensino superior. Ainda Cunha (1975, 1989) realiza estudos sobre a expansão do ensino superior no Brasil.

centes formados. Os índices de expansão exigem reflexão e análise dos processos de formação docente diante dos atuais desafios da democratização e universalização do ensino básico, ou seja, como ampliar os quadros e níveis de formação de professores em que os cursos de ensino superior signifiquem uma melhoria efetiva da qualificação docente?

2. Expansão do Ensino Superior no Brasil

A expansão do ensino superior no Brasil pode ser atribuída ao crescimento demográfico, à possibilidade de acesso da população ao ensino superior devido à criação de novas instituições de ensino, ao aumento do número de concluintes dos níveis anteriores de escolarização, às exigências de maior nível de escolarização pela transformação do mundo do trabalho pela evolução da ciência e da cultura. O acesso a níveis superiores de educação representa, para muitos países e regiões, possibilidade de melhoria dos recursos humanos e, igualmente, o favorecimento das mudanças sociais, culturais e políticas, conforme considerações da UNESCO (1999, p 12). Além disso, a sociedade do conhecimento, que se anuncia nesse início de século, tem na universidade a possibilidade de concretização, por se constituir esse espaço como o local da produção, da difusão, da transformação e da crítica da ciência.

A expansão do ensino superior no Brasil, desde os anos 60, tem sido acentuada como pode ser verificado na tabela 1. Em 1962, havia 107.509 matrículas no ensino superior; em 1980, a matrícula foi de 1.377.286; em 1990, esse número atingiu 1.540.080², e, em 2000, totalizavam 2.694.245 matrículas. Entre 1962 e 2000 o aumento do número de matrículas superior foi de 2000%. A matrícula nos cursos de graduação apresenta uma taxa de expansão anual de 7,5%, em média³.

Outros estudos apresentados por Yarzabal (2002) destacam que, na América Latina e no Caribe, o número de matrículas nas IES se multiplicou em 26 vezes, entre 1950 e 1994. Essa expansão pode ser atribuída ao crescimento demográfico e a ampliação da escolarização básica, o que impulsiona a demanda por educação superior, destaca Yarzabal (2002), em acordo com Shwartzman (1999).

Essa expansão do ensino superior, no Brasil, tem ocorrido muito mais nas instituições privadas que nas públicas. Em 1980, segundo o MEC, existiam 882 estabelecimentos de ensino superior no Brasil, dos quais 682 eram privados e 200 de dependência administrativa pública, sendo: 56 federais, 53 estaduais e 91 mu-

2 A expansão das matrículas no ensino superior, segundo a UNESCO (1999, p.30), de 13 milhões de estudantes, em 1960, passou para 28 milhões, em 1970; 46 milhões, em 1980 e 65 milhões, em 1991. Essa expansão, nos países em desenvolvimento, cresceu de 23,1% em 1960, para 46,2% em 1991.

3 Ao término deste texto estão sendo divulgados os primeiros resultados do censo de 2001, que indicam três milhões de matrículas no ensino superior, no Brasil, com um crescimento de 13% em relação ao ano de 2000.

nicipais. Proporcionalmente, em 1980, 77,3% eram estabelecimentos de ensino superior privados e 22,7% públicos. A tendência da privatização no ensino superior já ocorria nesse período, tendo sido ampliada conforme indicam os dados, pois em 1998, do total de 973 instituições de ensino superior, 764 eram de dependência administrativa privada e 209 públicas, distribuídas em 57 federais, 74 estaduais e 78 municipais. Em percentuais, 78,6% correspondiam a estabelecimentos privados e 21,6% a estabelecimentos públicos, evidenciando a tendência do crescimento da privatização do ensino superior, ainda que as instituições públicas de ensino superior estaduais de 53, em 1980, tenham sido ampliadas para 74, em 1998. Salienta-se o decréscimo das instituições municipais, pois a municipalização da educação infantil e do ensino fundamental exige o investimento público nesses níveis de ensino.⁴

Detalhando a evolução do número de matrículas no Brasil, de 1980 a 1998, verifica-se que os índices oscilaram entre 58% a 64%, nas instituições particulares e entre 35% a 41% nas públicas. Em 1980, 64,26% dos alunos estavam matriculados nas instituições particulares e 35,74%, nas públicas. Nas públicas, em relação ao total de matrículas, 22,9% dos alunos estavam nas federais, 7,9% nas estaduais e 4,8% nas municipais. Em 1998, os percentuais indicam que 62,14% das matrículas foram efetivadas nas instituições particulares e 37,86% nas públicas, assim distribuídas: 19,22%, nas federais; 12,93%, nas estaduais e 5,69%, nas municipais.

Durante os anos de 1980 a 1998, a taxa de crescimento das matrículas nos estabelecimentos privados foi de 43,9%; nas instituições federais, de 28,6%; nas estaduais, de 44,1% e nas municipais, 57,8%. Desse modo, embora o crescimento das matrículas venha ocorrendo nas instituições públicas, ainda é inferior ao crescimento nas privadas. Em termos percentuais, ocorreu um maior índice de matrículas nas instituições públicas municipais, onde, na maioria das vezes, o ensino não é gratuito, embora público, pois são fundações educacionais.

A atual expansão do número de matrículas do ensino superior no Brasil, “apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior”, em relação à América Latina, considerando a população de 18 a 24 anos, visto que não chega a atingir 12% dessa faixa etária.

A proposta do Plano Nacional de Educação de expansão do ensino superior é de atingir, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. Contava-se, portanto, com maior participação do setor privado, pois a proposta de que a oferta de ensino superior público acontecesse na proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, foi vetada pelo Presidente da República.

4 Sobre a privatização do ensino superior no Brasil, consultar Cunha (1995), Martins (1988), Saviani (1999), Silva Jr. e Sguissardi (2001).

Segundo a UNESCO (1999, p. 31), é necessário observar o alto índice de crescimento demográfico, nos países em desenvolvimento, para estabelecer a expansão do ensino superior, o que não vem acontecendo, visto que o acesso a ele continua apresentando índices menores em relação aos dos países desenvolvidos. Por outro lado, o aumento da população jovem requer uma expansão mais acentuada. Além disso, a população jovem apresenta índices crescentes nos países em desenvolvimento, enquanto que nos países desenvolvidos é crescente a população mais idosa, o que aumenta a diferença do atendimento de formação da população em nível superior.

Para atingir a meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação, que é de elevar a taxa de escolarização bruta neste nível de ensino para 30%, nos próximos 10 anos, essa expansão preconizada implica em aumento de 100% do atual número de matrículas, pois o número total de alunos matriculados em cursos de graduação, independente da idade, corresponde a cerca de 15% da população entre 20 e 24 anos.

A área de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais Aplicadas são, em geral, as que detém maior número de matrículas por curso. Em 1998, Direito foi o que apresentou maior número: 292.728; seguido de Administração: 257.408; Ciências Contábeis: 122.427 e o curso de Economia, com 66.722 matrículas. Depois, a área de Ciências Humanas, com os seguintes cursos: Pedagogia: 139.893; Letras: 108.746; Comunicação Social: 74.567; Psicologia: 61.103; História com 42.324. Vale lembrar que o de Engenharia (Exatas) realizou 150.217 matrículas. A área de saúde, embora tenha uma procura intensa, na efetivação da matrícula apresentou menor número por curso, nesse período: Medicina: 59.879; Educação Física: 50.468; Odontologia: 40.850 e Biologia com 36.789 matrículas. Observa-se, também, nesse ano, relevante número de matrículas nos cursos de Processamento de Dados com 43.701 e o de Ciências da Computação, com 37.738. Essa tendência vem se acentuando cada vez mais.

Destaca-se que os 15 cursos com maior número de matrículas estão nas instituições de dependência administrativa particular, conforme os dados apresentados na tabela 2 (em anexo). O curso de Engenharia, nas instituições federais, é o que tem maior número de matrículas, superior aos de Direito, Administração. Nas

A expansão do ensino superior no Brasil pode ser atribuída ao crescimento demográfico, à possibilidade de acesso da população ao ensino superior devido à criação de novas instituições de ensino, ao aumento do número de concluintes dos níveis anteriores de escolarização, às exigências de maior nível de escolarização pela transformação do mundo do trabalho pela evolução da ciência e da cultura.

instituições estaduais, isso acontece nos cursos de Pedagogia e Letras. Nessas instituições, nota-se que os cursos de licenciatura possuem elevado número de matrículas em relação aos demais cursos.

Em termos percentuais, verifica-se maior número de matrículas nos cursos na área de Ciências Sociais Aplicadas, com 924.191 matrículas (42,8%), das áreas de Ciências Humanas: Lingüística, Letras e Artes, que somadas totalizam 450.449 matrículas (21,2%). As demais áreas somadas perfazem 751.308 (36%). A oferta de vagas e, conseqüentemente, um maior número de matrículas nos cursos de áreas de ciências sociais aplicadas e nas ciências humanas revelam uma organização de ensino que exige pouco investimento institucional, ou seja, a redução dos custos e, com isso, das mensalidades. Essa situação permite a inserção dos alunos com menor poder aquisitivo no ensino superior, a formação de profissionais para a área de serviços e menos para a área tecnológica, a oferta de cursos com um só turno de estudo reduzido a quatro horas, permitindo a conciliação de jornada de trabalho e estudo, e menor investimento institucional, pois esses cursos não exigem a instalação de laboratórios com equipamentos técnicos, visto que geralmente, desenvolvem as aulas fundamentadas em referenciais bibliográficos.

Verifica-se que a expansão do ensino superior é decorrente da criação nos dos estados e municípios de instituições desse nível de ensino: universidades estaduais e municipais, e principalmente, faculdades isoladas. Essa participação implica na interiorização do ensino superior, merecendo destaque em estudo realizado por Dourado (2001), especialmente no Estado de Goiás.

Para Dourado (2001), a Constituição de 1988 confere uma nova posição para os municípios brasileiros que fortalece a autonomia local. A oferta de ensino superior nos municípios é decorrente de uma nova modalidade de organização de instituições de ensino superior: as fundações. No Estado de Santa Catarina, essa modalidade de organização foi adotada. A criação, em 1974, da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) teve como finalidade fortalecer as fundações já existentes, consolidando, assim, o modelo de expansão adotado. As fundações, sob responsabilidade dos municípios, passaram a existir em 1964, com a criação da Fundação Educacional da Região de Blumenau. Posteriormente, em muitos municípios catarinenses foram criadas fundações de ensino superior que, embora de dependência administrativa pública, não ofertam ensino gratuito. Essa modalidade de organização administrativa também foi adotada, no Estado de Goiás, favorecendo a expansão e interiorização do ensino superior⁵.

Outra tendência de expansão é o aumento do ensino noturno, pois em 1998, 55% dos estudantes estavam matriculados neste turno. Trata-se de alunos traba-

⁵ Maior detalhamento sobre as fundações no Estado de Santa Catarina e no Estado de Goiás pode ser obtido no estudo de Dourado (2001).

lhadores com dupla jornada de trabalho: diurno nas empresas e, à noite, nas salas de aula. Essa característica dos alunos imprime a necessidade de outra metodologia de ensino que possa agregar as experiências adquiridas no mundo do trabalho como articuladoras da teoria e prática.

Quanto a oferta e vagas e a efetivação do ingresso no ensino superior por meio dos processos seletivos (vestibulares) os dados indicam que em 2001 para as 1.408.492 vagas inscreveram-se um total de 4.260.261, uma média de 3,02 candidato/vaga. Considera-se a natureza administrativa nas instituições públicas a média foi de 8,67 candidato/vaga e nas privadas 1,75 candidato/vaga.

No entanto desse total de candidatos ingressaram no ensino superior 1.036.690, ou seja, restaram 11.887 vagas nas instituições públicas e 369.925 nas privadas, correspondendo a 27% de vagas não ocupadas.

Algumas questões são decorrentes: quais são os motivos que geram esse quadro de vagas ociosas?

Ainda que daquele total de candidatos, muitos tenham realizado inscrição para o processo seletivo de ingresso (vestibular), a impossibilidade de ingresso não decorre apenas do resultado do desempenho acadêmico. A relação está além das notas. Muitos candidatos aprovados não conseguem ingressar no ensino superior, pois não tem condições financeiras para custear as mensalidades das instituições privadas.⁶

Nesse caso a avaliação assume outro enfoque, o da condição sócio-econômico do candidato.

Somando as condições de renda familiar, a expectativa dos candidatos em relação ao ensino superior denota temeridade de não corresponder às exigências, Por exemplo: eles dizem que estão temerosos de não “dar conta de acompanhar as aulas e os estudos”, ou seja não se sentem preparados embora tenham concluído o ensino médio e obtido classificação satisfatória nos processos seletivos das instituições privadas.

Evidencia-se que a expansão aceleradas da oferta de vagas nas instituições privadas não tem garantido a ampliação da inserção dos jovens com menor poder aquisitivo no ensino superior. Esses dados, preliminares indicam que as políticas de

As políticas de expansão do ensino superior carecem de maior discussão e debate para que se concretizem processos democráticos de oportunidades de acesso ao ensino superior.

⁶ Durante os meses de janeiro e fevereiro foram entrevistados todos os candidatos aprovados em uma instituição de ensino superior privado de Curitiba – PR, pelos coordenadores de curso. A maioria dos candidatos indicou que não tinha condições financeiras para manter o curso superior.

expansão do ensino superior carecem de maior discussão e debate para que se concretizem processos democráticos de oportunidades de acesso ao ensino superior.

Para uma análise sobre o significado social da expansão de matrículas no ensino superior, seria necessário realizar pesquisas sobre o perfil dos alunos ingressantes, desistentes e concluintes, indicando em que camadas sociais efetivamente foram incluídas no ensino superior. Este é um campo de pesquisa precário como aponta Vieira (2000, p. 202), pois não foram coletados dados de 1986 e 1990. Além do mais, estes dados apresentam “sempre caráter fragmentário do esforço para captar uma totalidade complexa através de indicações que apenas parcialmente traduzem sua inteireza”.

Outra problemática é como avaliar a relação qualidade/quantidade em relação à expansão do ensino superior. Na engenharia, segundo “lei clássica, cada decuplicação da capacidade de um sistema constitui uma mudança qualitativa de impacto revolucionário” (SEVCENKO, 2000, p. 6). Nesse sentido, quais seriam os indicadores de análise dos índices de expansão educacional em relação aos impactos sociais e culturais? Preocupações com essa questão têm sido manifestadas pela UNESCO (1999, p. 71) ao afirmar “que é necessário engajar-se num sério debate”, pois a expansão do ensino superior tem causado um ensino massificado.

O MEC indica que a expansão de ensino superior deverá atingir 30% da população com faixa etária entre 18 a 24 anos, nessa década. Se o índice atual de matrículas nessa faixa etária está em torno de 15%, a expansão projetada implica dobrar o atual número de matrículas no ensino superior.⁷ Que áreas do conhecimento necessitam de maior número de vagas? Quais são as camadas da população a serem excluídas? Em que tipo de instituição? Como avaliar as orientações sobre os índices projetados e quais devem ser os critérios para a autorização de abertura de novos cursos de graduação? Como será financiada a inclusão de alunos das camadas menos privilegiadas da população que não dispõem de recursos para arcar com mensalidades? Enfim, é esse o modelo de expansão realizado que promoverá a melhoria do ensino superior no Brasil, promovendo a qualificação da formação profissional, social e cultural, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia compatível com as atuais exigências sociais e do trabalho?

A indicação de que mais da metade dos alunos estão matriculados nos cursos noturnos, na área de Ciências Sociais Aplicadas, nas instituições de dependência administrativa privada, e % em estabelecimentos isolados, faculdades integradas

⁷ Há consenso de que o acesso à educação superior é um direito de todos, como aponta Panizzi (1999, p. 30, Sustentação social da universidade in Universidade e Sociedade 18, ano IX março de 1999, ANDES Sindicato), ao comentar as propostas da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior realizada em Paris 1998. Se acrescida a idéia de “que o Estado tem um papel fundamental no provimento dessa educação”, reafirmado por Panizzi, a expansão deste nível de ensino soa como uma utopia, considerando os dados existentes.

e centros universitários, onde a pesquisa não constitui exigência, implica certamente num ensino restrito à reprodução do conhecimento com recursos restritos à explicação do professor conforme apontam inúmeros estudos alguns estudos realizados.

Uma problemática de ordem complexa apresenta-se: como avaliar o impacto dessa expansão acentuada dos cursos de nível superior no contexto social amplo? Como ocorrerá a inclusão, no ensino superior, dos jovens provenientes das camadas da população com menor poder aquisitivo, uma vez que a expansão das vagas é muito acentuada nas escolas privadas? Em análises que levam em conta os dados sobre a educação básica, Vieira (2000, p. 207) afirma que “a presença do público é predominante na educação básica e minoritária na educação superior, sendo possível constatar um aumento significativo do setor público na educação básica, de modo especial na educação pré-escolar e no ensino médio”, sem grandes alterações no ensino fundamental. Nos dados sobre o ensino superior, observa-se uma retração do setor público em relação à expansão da oferta pelo setor privado. No setor público, a ampliação de vagas tem ocorrido nas instituições municipais. Essa expansão é mais acentuada na rede privada, sugere uma questão de justiça e mobilidade social, manifesta pela UNESCO (1999, p.59).

3. Expansão dos Cursos de Licenciaturas

O total de matrículas em 30 de abril de 1998, nos cursos de licenciatura, era de 731.294, correspondendo a 34,4% do total geral de todos os cursos de ensino superior, incluso o curso de Pedagogia, com 139.893, e os cursos de licenciatura em áreas de cursos profissionalizantes como licenciatura em Agronomia, Construção Civil, Economia Doméstica, Eletricidade, Enfermagem e Obstetrícia, Fonoaudiologia, Informática e Mecânica, ou seja, o número de matrículas inclui os cursos com opção em licenciatura e não, necessariamente, as matrículas efetivas dos alunos na licenciatura.

As matrículas nas licenciaturas de formação de professores, para as áreas específicas do conhecimento da educação básica, somavam 503.398, perfazendo 23,67% do total geral, considerando os cursos de Letras, Artes (Artes Cênicas, Artes Plásticas, Dança, Desenho e Plástica, Educação Artística, Música), Matemática, Ciências e Ciências Biológicas, História, Geografia, Estudos Sociais, Ciências Sociais, Filosofia, Física, Química, Educação Física e Psicologia. A área com maior número de matrículas nos cursos de licenciatura é a de Ciências Humanas, com 316.946, vindo em seguida a área de Ciências da Saúde com 178.040, depois Lingüística, Letras e Artes com 133.553 matrículas.

A tabela 4, apresenta a distribuição do número de matrículas em cada um dos cursos de licenciatura, por ordem decrescente, sendo que Pedagogia é o curso

com maior número de matrículas: um total de 139.893. Na seqüência vem o curso de Letras: 108.746; Psicologia: 61.103 matrículas; Educação Física: 50.468; Ciências: 45.234; História: 42.324; Ciências Biológicas: 36.789; Matemática: 34.936; Geografia com 30.623; Ciências Sociais: 15.979; Educação Artística: 14.918 matrículas. Há mais 4.193 no curso de Música; 1.896: Arte Cênicas; 1.817: Artes Plásticas; 542: Artes Visuais, 531: Dança e 58, em Arte Educação, sendo que todos esses cursos ligados às Artes, totalizam 23.955 matrículas. Nos cursos de Química: 12.979; Filosofia: 12.389 matrículas e de Física 11.184. No curso de Estudos Sociais, há 10.921, apesar de a disciplina de Estudos Sociais no Ensino Fundamental ter sido extinta, em 1987. Na seqüência, constam a Formação para Disciplinas do 2º Grau: 3.656, e Economia Doméstica com 1.222 matrículas. Os cursos de Química e Física encontra-se nas instituições públicas de ensino superior. Novamente fica evidenciada a expansão em cursos que não exigem investimentos em laboratórios.

Enfermagem e Obstetrícia é o curso, entre os cursos profissionalizantes, com maior número de matrículas: 33.543. Posteriormente, vem Agronomia: 21.964; Informática: 13.078 e Fonoaudiologia com 12.006. Na área de Ciências Exatas e da Terra, o número de matrículas era de 72.386, seguida pela área de Ciências Agrárias com 22.712. Com menos de 10 mil matrículas, as áreas de Engenharia/Tecnologia com 6.497 e Ciências Sociais Aplicadas com 1.369. Constam, também, outros cursos ligados às áreas de ensino profissionalizante que ofertam a licenciatura como Construção Civil com 2.129 matrículas, Engenharia da Pesca com 748, Eletricidade 663 e Ciências Agrícolas 147.

Quanto à distribuição dos cursos por região, na tabela 5, demonstra-se que a Região Sudeste é aquela que possuía maior número de matrículas em cursos de licenciatura: 338.741. As regiões Sul e Nordeste possuem quase o mesmo número de matrículas: a primeira com 144.628 e a segunda 144.591; na seqüência vem a Região Centro-Oeste com 65.140 e a Região Norte com 38.403 matrículas.

Considerando os números de matrícula, por dependência administrativa, os dados indicam que 52,07% de matrículas realizadas são em estabelecimentos de ensino superior federal, estadual e municipal, e 47,93% nos estabelecimentos de dependência privada. Os índices sobre dependência administrativa, por região, variam muito. Na Região Norte, a maioria das matrículas nos cursos de licenciatura está nas instituições federais, que somadas às estaduais e municipais eleva o índice para 81,46%. Na Região Nordeste, o índice nas instituições federais, estaduais e municipais é de 78,43%. Portanto a formação dos professores mantém-se como responsabilidade do Estado.

No entanto, na Região Sudeste, o índice das matrículas em instituições privadas é de 62,80%, denotando ser superior ao das públicas. Na Região Sul, o percentual de matrícula nas instituições de dependência administrativa privada

gira em torno de 49,66% e nas públicas (federal, estadual e municipal) é de 50,34%. Na Região Centro-Oeste, é de 42,56% nas instituições privadas, e de 57,44% nas públicas. O compromisso com a formação de professores é transferido da esfera pública para a esfera privada, isto implica em discutir como estabelecer a articulação entre as instituições formadoras e as instituições de educação básica. Estas últimas são em maior número na esfera pública, ou seja, tornar viável os processos de formação que superem o distanciamento entre a universidade e a escola básica.

Na organização dos dados foi considerada, ainda, a distribuição das matrículas quanto à localização dos estabelecimentos. As matrículas em estabelecimentos localizados nas cidades do interior dos Estados totalizam 418.317 (57,21%), e em estabelecimentos situados nas capitais estaduais perfazem 312.997 (42,79%). Constata-se que ocorre uma distribuição equilibrada de número de matrículas nos cursos de formação de professores entre o interior dos Estados e as capitais. A oferta de cursos de licenciatura em cidades de interior, nos estabelecimentos de dependência administrativa municipal e nas faculdades isoladas, propicia essa situação. Esses dados evidenciam que a formação de professores articula-se com a interiorização e a municipalização do ensino superior.

A configuração de uma nova identidade dos cursos de formação de professores manifesta-se nas sinopses estatísticas realizadas pelo INEP, no ano de 2000, que apresentam uma nova categorização dos dados estatísticos dos cursos de licenciatura. A mudança mais importante foi promover a Educação como uma das áreas de cursos. Nas sinopses anteriores os cursos de licenciatura estavam incluídos em cada uma das áreas de conhecimento específico. Por exemplo: o curso de licenciatura, em Biologia, na área de ciências biológicas; o de Matemática, na área de exatas e assim por diante. Essa nova organização de dados apresenta o número de matrículas nos cursos superiores de formação de professores, na área de Educação, subdividida em Ciência da Educação com os cursos de Ciência da Educação, Educação Especial e Pedagogia, Formação de Professor da Educação Básica, Formação de Professor de Disciplinas Profissionais, Formação de Professor de Educação Infantil e Formação de Professor de Matérias Específicas. Os dados do ano de 2000 apresentam uma mudança radical em relação aos anos anteriores por apresentarem especificamente a situação nos cursos de licenciatura sem incluir o número de matrículas do bacharelado. A apresentação de dados específicos sobre a área de educação permite análises mais precisas sobre os cursos de formação de professores no Brasil.

Do total geral de matrículas: 2.694.245 em 2000, na área de educação constam 584.664, como pode ser verificada na tabela 6. As matrículas nos cursos de ciência da educação totalizam 203.036, sendo formação de professores para a educação básica: 18.385; formação de professor para disciplinas profissionali-

zantes: 66.109; formação de professor de educação infantil: 232; e formação de professor de matérias específicas: 299.902.

Os cursos de formação de professores de matérias específicas apontam que o de Letras apresenta o maior número de matrículas: 104.575, seguido de História: 37.107; o de Matemática: 36.868; o de Ciências: 36.071; o de Biologia: 23.428; e o de Geografia: 22.917. Nesta categoria, os demais cursos constam com menos de 10.000 matrículas. Evidencia-se que o número de matrículas nos cursos de licenciatura não apresenta crescimento acentuado. O total de matrículas corresponde a 51% do total realizado em cursos na área da educação, e que corresponde a 11,13% do total geral.

A acentuada expansão da educação básica exigiria uma acentuada expansão dos cursos de licenciatura.

A inclusão da formação do professor de artes (educação artística) e a formação de professor de educação física como na categoria de formação de professor de disciplinas profissionais revela uma nova interpretação na categorização desses cursos, não incluídos como cursos de formação de professores matérias específicas.

Além disso, foram incluídos os vários cursos de formação de professores que não constavam de sinopses estatísticas anteriores do MEC como os de formação de professores de educação infantil, formação de professores de educação básica, passando a constar em 2000. A implementação do que preconiza a Lei 9394/96 sobre a exigência de curso de formação de nível superior para o exercício do magistério na educação básica está iniciando.

Salienta-se que os cursos de formação de professores de Física e Química apresentam um número pequeno de matrículas. Com a expansão das matrículas no ensino médio, o número de professores dessas matérias mantém-se insuficiente.

3. Conclusões Preliminares

A formação de professores em relação à expansão da educação básica, apresenta defasagens, pois além do déficit histórico de professores devidamente formados existente, a acentuada expansão desse nível de ensino exigiria uma acentuada expansão dos cursos de licenciatura. Além disso, é preciso pontuar que o volume de informações envolvidas nesses dados exige a cooperação de vários e não de um único pesquisador. Espera-se que esses estudos venham a ser realizados, pois são importantes para o estabelecimento de políticas de expansão do ensino superior e de formação de professores. Na área de formação de profes-

res, o estudo de Gatti (1997) trouxe contribuições significativas e merece ser continuado.

Quanto aos cursos de licenciatura, o número total de matrículas corresponde a 34,4% do total de matrículas no ensino superior, sendo que a área de Ciências Sociais Aplicadas possui número superior de matrículas em relação às Licenciaturas.

O número de matrículas nos cursos de licenciatura apresenta índices ligeiramente superiores nas instituições públicas. A oferta de cursos na área de formação de professores pelas instituições particulares é menor, principalmente, na área de Ciências Exatas.

A necessidade de infra-estrutura como laboratórios, aliada à elevada desistência de alunos podem constituir fatores que não estimulem as instituições privadas à abertura de curso nessas áreas.

Também a histórica desvalorização do magistério, que ocasiona pouca demanda pelos cursos de licenciatura, provavelmente não estimula o investimento das instituições nesses cursos. Essas situações exigem que a formação de professores deva ser expandida em universidades públicas, priorizando a criação de novas instituições de acordo com levantamento de áreas e locais, onde o número de professores formados seja menor.

A implantação de instituições que atendam a essas necessidades é uma questão complexa, pois, provavelmente, nas regiões em que há maior falta de professores licenciados há poucos professores qualificados para atuarem nos cursos de licenciatura, quando não a inexistência. Considerando o atual quadro de formação de professores no Brasil, se mantidos os índices médios da expansão do ensino superior, a formação de professores em nível superior, para a educação básica, poderá levar mais de dez anos.

O maior número de matrículas nos cursos de licenciatura ocorre nas Ciências Humanas e o menor número continua ocorrendo nas Ciências Exatas, ocasionando menor número de professores formados. Esta situação de insuficiência de professores para atuar na educação básica, na área de Exatas, tem sido apontada por inúmeros estudos e pesquisas como, por exemplo, Carvalho e Pérez (1995, p. 70), Menezes (1996) e Gatti (1997, p. 38). Além do pequeno número de matrículas na área de Exatas, ocorre um elevado número de desistências, pois o número de concluintes, em 1997 foi de 14.961. Considerando a matrícula de 1998 e número de concluintes, do ano interior, nesta área, é possível que os índices de reprovação e desistência possam ser estimados acima de 80%. Considere-se, ainda, que do total de concluintes da área de Exatas, 9.171 sejam do curso de Ciências⁸,

⁸ Este curso apresenta, em algumas instituições, duas habilitações em Matemática e Ciências Físicas e Biológicas e consta na área de Ciências Exatas e da Terra. O número de concluintes inclui ambas as habilitações.

correspondendo a 61%, o que agrava mais o quadro da falta de professores formados nas disciplinas específicas de Física, Química e Matemática.

Os índices de matrículas nos cursos de licenciatura é superior nas universidades, sendo inferior nas demais instituições: centros universitários, faculdades e escolas isoladas, o que pressupõe que nesta área de formação há mais possibilidade de maior contato com a pesquisa pelo alunado.

Quantitativa e historicamente, a universidade tem sido o espaço privilegiado da formação inicial dos professores, questão discutida por Coelho, (1996). Não significa, no entanto, que os professores que atuam na educação básica possuam este nível de formação. Os índices indicam um aumento do nível de formação dos professores da educação básica, que não atinge o total das funções docentes. Em 1994, segundo o MEC, 569.531, (41,3%) das funções docentes possuíam formação de nível superior, e, em 1999 passou para 708.543, (46,9%) com essa formação. Portanto, mais de 50% dos professores não possuem formação de nível superior. Segundo o MEC, temos quase um milhão de professores a serem formados:

A formação de professores é um dos maiores desafios para o sistema educacional brasileiro Para cumprir as determinações legais deverão ser formados até o final da Década da Educação, que se encerra em dezembro de 2007, 768 mil docentes do ensino fundamental e médio, que já atuam nas redes municipais e estaduais, que não possuem o nível superior completo. (www.mec.gov.br - jun., 2000).

No ensino profissionalizante, essa problemática é mais grave. Os índices de matrículas em cursos de licenciatura para áreas profissionalizantes apresentam-se limitados. Poucas áreas ofertam a opção da licenciatura e a matrícula nem sempre ocorre. Vários são os cursos que possuem índice zero de matrícula nessas áreas. Igualmente são áreas praticamente silenciadas nas pesquisas sobre formação de professores, como apresenta este estudo mais adiante.

Estas questões são instigantes em relação à profissionalização do professor, pois não constituem áreas tradicionalmente voltadas para a atuação no magistério. O que levaria um aluno das Engenharias ou das Ciências Agrárias a cursar a licenciatura? Opção por uma dupla profissionalização? Representa a docência opção secundária de formação e de futuro exercício profissional? Essas situações contribuem para a melhoria do estatuto da profissão docente? A oferta de cursos de licenciatura nestas áreas é circunstancial, em função da instabilidade atual da oferta de trabalho nelas?

Como aponta Gatti (1997, p. 100) “O desafio não é simples. Em nosso país a complexidade da questão se amplia dadas as nossas condições de ensino, em que boa parte daquilo que é fundamental e que em outras nações já se fez, aqui ainda está por fazer”.

Referências

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de; ROMANOWSKI, Joana Paulin. O tema formação de professores nas teses e dissertações brasileiras, 1990-1996. In: REUNIÃO Anual da ANPED, 22., 1999, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu: ANPED, 1999.

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de; ROMANOWSKI, Joana Paulin. A pesquisa sobre formação de professores no Brasil, 1990-1998. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Censo 99** Disponível: <http://www.inep.gov.br>

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Evolução do ensino superior 1980-1996**. Brasília: MEC/INEP 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Mapa de dados do ensino superior**. Disponível: <http://www.mec.gov.br> – consultas realizadas em 2001, 2002.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de; GIL-PÉREZ, Daniel. **Formação de professores de ciências**. São Paulo: Cortez, 1995.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DIAS, Marco Antônio Rodrigues. SEMINÁRIO POLÍTICAS PARA MUDANÇA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1996, Brasília. **Anais...** Brasília: ANDIFES, 1996.

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 10., Ponta Delgada, 2000. **Anais...** Ponta Delgada: Açores, 2000.

GATTI, Bernadete. **Formação de professores e carreira**. São Paulo: Cortez, 1997.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sinopse estatística do ensino superior**: graduação 1998. Evolução do ensino superior: 1980-1998. Brasília: O Instituto, 1999.

MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino pago**: um retrato sem retoques. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

MASSITS, Fóllea Françoise; EPINETTE, Françoise. **l'Europe des universitaires**. l'enseignement supérieur en mutation. France, Nanci : La documentacion Française, 1992.

MENEZES, Luiz Carlos. Características convergentes no ensino de ciências nos países ibero-americanos e na formação de seus professores. In: _____ (org.). **Formação continuada de professores de ciências**. São Paulo: Cortez, 1996.

PANIZZI, W.M. A sustentação social da universidade. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 9, n.18, p.38-40, mar., 1999.

RÉFFEGA, A. O ensino superior e sua procura. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 10., 2000, Ponta Delgada. **Anais...** Ponta Delgada: Açores, 2000.p. 50-71.

RIBEIRO, M. L. S.. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 1981.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. 2.ed. Campinas: Cortez, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. O professor como corretor. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 04/06/2000. Caderno Mais. p. 6.

SHEIBE, L.; AGUIAR, M.A. Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de pedagogia em questão. **Educação & Sociedade**. Formação de profissionais em Questão. Campinas: CEDES, 1999. n. 68. p. 222.

SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reforma do estado e mudanças na produção. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de, SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB** (Lei n.º 9.394/96). São Paulo : Pioneira, 1997.

UNESCO. Grupo de trabalho sobre o ensino superior nos países em desenvolvimento. **O ensino superior em países em desenvolvimento**: perigos e esperanças. Lisboa: AULP, 2000.

UNESCO. **Política e desenvolvimento no ensino superior**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição**. (1985-1995) Brasília: Plano, 2000.

YARZÁBAL, Luis. Situacion de la educacion superior en America Latina y el Caribe. In: SEMINÁRIO POLÍTICAS PARA MUDANÇA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 1996, Brasília. **Anais....** Brasília: ANDIFES, 1996.

YARZÁBAL, Luis. **Consenso para a mudança na educação superior**. Trad. DIAS SOBRINHO, José. Curitiba: Editora Champagnat, 2002.

Tabela 1 - Evolução das matrículas no Ensino Superior no Brasil - período 1962 -1998

Ano	Matrícula	Percentual entre um ano e outro	Percentual na década
1962	107.509	1) -	
1963	124.214	15,5%	
1964	142.386	12,7%	
1965	155.781	9,3%	295%
1966	180.109	15,6%	
1967	212.882	18,1%	
1968	278.295	36,7%	
1969	342.886	23,2%	
1970	425.478	24,6%	
1971	561.397	31,9%	
1972	688.382	22,6%	
1973	772.800	12,2%	
1974	937.593	21,3%	
1975	1.072.548	14,3%	223%
1976	1.096.727	2,2%	
1977	1.159.046	5,6%	
1978	1.225.557	5,7%	
1979	1.311.799	7,0%	
1980	1.377.286	9,9%	
1981	1.386.792	0,6%	
1982	1.407.987	1,5%	
1983	1.438.992	2,2%	
1984	1.399.539	-2,7%	
1985	1.367.609	-2,2%	11,8%
1986	1.418.196	3,6%	
1987	1.470.555	3,6%	
1988	1.503.555	2,2%	
1989	1.518.904	1,6%	
1990	1.540.080	1,3%	
1991	1.565.056	1,6%	
1992	1.535.788	-1,8%	
1993	1.594.668	3,8%	
1994	1.661.034	4,1%	
1995	1.759.703	5,5%	53,8%
1996	1.868.529	6,1%	
1997	1.945.615	4,1%	
1998	2.125.958	9,2%	
1999	2.369.945	11,4%	
2000	2.694.245	13,6%	

Fonte: MEC/ INEP/ SEEC

Tabela 2 - Cursos com maior número de matrículas em ordem decrescente e por dependência administrativa - 30/04/98

Curso	Instituições por dependência administrativa				
	Federais	Estaduais	Municipais	Particulares	Total
Direito	24.467	12.907	16.361	238.993	292.728
Administração	19.115	15.814	19.183	203.296	257.408
Engenharia	49.094	21.720	4.497	74.906	150.217
Pedagogia	22.483	27.293	10.236	79.381	139.393
Ciências Contábeis	14.722	11.646	10.672	85.387	122.427
Letras	24.925	28.140	7.432	48.243	108.740
Comunicação Social	9.447	3.129	2.896	59.095	74.567
Economia	15.115	8.085	4.473	39.049	66.722
Psicologia	8.195	3.292	1.924	47.692	61.103
Medicina	21.640	6.470	1.151	21.618	50.879
Educação Física	10.362	7.256	3.418	29.432	50.468
Ciências	1.624	12.146	4.344	27.120	45234
Processamento de Dados	461	4.761	2.087	36.392	43.701
História	11.548	13.819	3.590	13.367	42.324
Odontologia	8.953	4.442	1.371	26.084	40.850
Ciências da Computação	5.398	2.384	5.548	24.408	37.738
Biologia	11.367	6.914	2.312	16.196	36.789
Matemática	12.042	7.569	3.604	11.721	34.936

Tabela 3 Número de matrícula nos cursos de licenciatura por área e curso - Censo 1998

Áreas dos cursos	Cursos	Número de alunos
Ciências Agrárias	Agronomia	21.964
	Engenharia da Pesca	748
	Sub-Total	22.712
Ciências da Saúde	Ciências Biológicas	36.789
	Educação Física	50.468
	Enfermagem e Obstetrícia	33.543
	Fonoaudiologia	12.006
	Ciências	45.234
	Sub-Total	178.040
Ciências Exatas e da Terra	Física	11.184
	Informática	13.078
	Matemática	34.936
	Matemática Computacional	209
	Química	12.979
	Sub-Total	72.386
Ciências Humanas	Arte Educação	58
	Ciências Sociais	15.979
	Estudos Sociais	10.921
	Filosofia	12.389
	Formação de Disciplinas para o Ensino de 2º Grau	3.656
	Geografia	30.623
	História	42.324
	Pedagogia	139.893
	Psicologia	61.103
	Sub-Total	316.946
Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Agrícolas	147
	Economia Domestica	1.222
Engenharia / Tecnologia	SUB-TOTAL	1.369
	Construção Civil	2.129
	Eletricidade	663
	Mecânica	3.705
	Sub-Total	6.497
Linguística, Letras e Artes	Artes Cênicas	1.896
	Artes Plásticas	1.817
	Artes Visuais	542
	Dança	531
	Desenho e Plástica	869
	Educação Artística	14.918
	Letras	108.746
	Linguística	41
	Música	4.193
	Sub-Total	133.553
Total	731.503	

Fonte: MEC/INEP/SEEC, (2000).

Tabela 4 - Número de matrícula nos Cursos de Licenciatura por ordem decrescente - censo 1998

Cursos de licenciatura	Número de alunos
Pedagogia	139.893
Letras	108.746
Psicologia	61.103
Educação Física	50.468
Ciências	45.234
História	42.324
Ciências Biológicas	36.789
Matemática	34.936
Enfermagem e Obstetrícia	33.543
Geografia	30.623
Agronomia	21.964
Ciências Sociais	15.979
Educação Artística	14.918
Informática	13.078
Química	12.979
Filosofia	12.389
Fonoaudiologia	12.006
Física	11.184
Estudos Sociais	10.921
Música	4.193
Mecânica	3.705
Form. Disciplinas 2º Grau	3.656
Construção Civil	2.129
Artes Cênicas	1.896
Artes Plásticas	1.817
Economia Doméstica	1.222
Desenho e Plástica	869
Engenharia da pesca	748
Eletricidade	663
Artes Visuais	542
Dança	531
Matemática Computacional	209
Ciências Agrícolas	147
Arte Educação	58
Linguística	41
Total	731.503

Fonte: MEC/INEP/SEEC (2000).

Tabela 5- Distribuição do número de matrícula nas Licenciaturas por região e dependência administrativa - Censo 1998

Região	Dependência Administrativa	Número	Percentual
Norte	Estadual	5758	
	Federal	25307	
	Municipal	219	
	Sub-total	31284	81,46
	Particular	7119	18,54
	Total	38403	100,0
Nordeste	Estadual	54765	
	Federal	49609	
	Municipal	9034	
	Sub-total	113408	78,43
	Particular	31183	21,57
	Total	144591	100,0
Sudeste	Estadual	61225	
	Federal	50396	
	Municipal	14407	
	Sub-total	126028	37,20
	Particular	212713	62,80
	Total	338741	100,0
Sul	Estadual	26895	
	Federal	27132	
	Municipal	18792	
	Sub-total	72819	50,34
	Particular	71809	49,66
	Total	144628	100,0
Centro-oeste	Estadual	11109	
	Federal	23753	
	Municipal	2556	
	Sub-total	37418	57,44
	Particular	27722	42,56
	Total	65140	100,0

Fonte: MEC/INEP/SEEC (1999)

Tabela 6 – Número de formandos por curso - 1997

Curso	Número de formandos
Pedagogia	25.698
Letras	17.106
Psicologia	10.208
Ciências	9.147
Educação Física	6.480
História	5.901
Ciências Biológicas	5.123
Geografia	4.369
Matemática	3.869
Estudos Sociais	3.756
Educação Artística	2.372
Filosofia	1.533
Química	860
For. Disc. Profissionalizantes	744
Física	655
Artes	389
Total	98.210

Fonte: MEC/INEP. Dados por municípios, 1998.

**Tabela 6 – Número de matrículas nos cursos da área de educação
– Censo 2000**

Curso	Total de Matrículas
Educação	584.664
Ciência da educação	203.036
Ciência da educação	194
Educação especial	258
Pedagogia	202.584
Formação do professor da educação básica	18.385
Formação de professor das séries finais do ensino fundamental	141
Formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental	5.288
Formação de professor da educação artística para educação básica	480
Formação de professor de educação especial	35
Formação de professor de educação física para educação básica	187
Formação de professor da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental	871
Formação do professor do ensino fundamental	1.903
Formação de professor do ensino médio	231
Formação de professor para a educação básica	5.083
Normal superior	1.166
Formação de professor de disciplinas profissionais	66.109
Formação de professor de Administração	129
Formação de professor de Agronomia	5
Formação de professor de Artes (educação artística)	11.181
Formação de professor de artes plásticas	885
Formação de professor de artes visuais	54
Formação de professor de canto	25
Formação de professor da computação (informática)	1.462
Formação de professor de construção civil	93
Formação de professor de dança	137
Formação de professor de decoração	60
Formação de professor de disciplinas do setor primário (agricultura, pecuária, etc)	280
Formação de professor de disciplinas do setor terciário (comércio)	-
Formação de professor de disciplinas profissionalizantes do ensino médio	920
Formação de professor de disciplinas técnicas	110
Formação de professor de economia doméstica	186
Formação de professor de educação física	45.257
Formação de professor de eletricidade	81
Formação de professor de enfermagem	1.027
Formação de professor de engenharia de agrimensura	413
Formação de professor de fisioterapia	966
Formação de professor de mecânica	66
Formação de professor de música	894
Formação de professor de psicomotricidade	286
Formação de professor de teatro (artes cênicas)	596
Formação de professor de zootecnia	148
Formação de professor em ciências ambientais	-
Formação de professor em fonoaudiologia	694
Formação de professor em segurança pública	154
Formação de professor de educação infantil	232
Formação de professor de educação infantil	29
Formação de professor de pré-escola	203
Formação de professor de matérias específicas	299.902
Formação de professor de biologia	23.428
Formação de professor de ciências	36.071
Formação de professor de desenho	80
Formação de professor de educação religiosa	235
Formação de professor de estudos sociais	8.019
Formação de professor de filosofia	5.682
Formação de professor de física	5.644

Fonte: MEC, INEP, 2001.